

Aumento para vereadores gera revolta em Santo Antônio da Platina

LUIZ GERALDO MAZZA

Auditórios seletivos

Com a frustração parcial da greve dos barnabês estaduais percebeu-se que o auditório dos sindicalistas é a galeria do Legislativo estadual, da mesma forma que o de Jair Bolsonaro é a rede social. Não resolvem, mas dissimulam na medida em que expressam dimensões não correspondentes à realidade, porém eficazes para efeitos políticos. Enquanto persistir o arrocho salarial dos servidores a minúscula oposição dele se valerá para exibir musculatura que não tem e se sentirá estimulada pelo ruído das galerias, tal como naquele dia em que mais de sete mil pessoas deram apoio ao adiamento da matéria ideológica e reacionaríssima da escola sem partido.

Obviamente, se houver um público desse porte não será fácil aos deputados defender posição oficial, até porque já são meio íntimos desses frequentadores da Casa, tal a frequência com que lá comparecem para o exercício possível e tolerável da ação direta, a última e de maior força a do massacre sob Beto Riche com mais de duzentos feridos. Definido o auditório, as sessões do Legislativo, isso sem desprezar, como temos, manifestações hostis diante do Palácio Iguaçu, teremos a continuidade de uma novela até que o governo, num rasgo de generosidade, ceda em conceder o reajuste inferior a 5% em três parcelas e que se perceberá que o custo dessa operação, a feita das folhas, desmontaria a imagem de economia que o governo tenta projetar.

O tempo

Nas mobilizações de ontem percebeu-se que o poder de fogo da APP-Sindicato não é o mesmo de tempos passados. Ocorre que essas demonstrações são desgastantes até pela escassez dos resultados, isso configurado nos três anos de congelamento. O know how grevista é o maior de todas as nossas categorias, o que não o vacina contra o desgaste ao longo do tempo, ainda no ano passado compensada por alguns bilhões nas folhas de pagamento de promoções e também de progressões que favoreceram categorias arrematadas como a dos professores e policiais. Pois agora o governo acena os dispêndios com licença-prêmio como um dos óbices para qualquer concessão, já que atingiram cerca de R\$ 1 bilhão.

Greves seguidas sem um mínimo de resposta dispersam energia nos enfrentamentos com a revelação nada agradável de que são infrutíferas. Todavia, de qualquer forma há um fator que mobiliza para a luta por vezes diversionista como a da polícia mostrando publicamente as suas péssimas condições de trabalho com frota jurássica e ainda assim alvo de roubafeira. Quem se sai mal é o governo condenado à impotência e sem fôlego para combater adequadamente a corrupção.

Resposta à altura

No momento de maior acirramento contra a Lava Jato, com as publicações da The Intercept Brasil, a força-tarefa responde com mais feitos como o das novas denúncias em torno dos chunchos internacionais de Paulo Preto e percebeu-se no recuo do STF em adiar o julgamento sobre a suspeição de Moro nos processos de Lula a vitalidade de imagem da operação, infensa à atoarda em torno de contaminação dos dois juízes. Aos poucos se tenta dar aos diálogos entre o procurador Deltan Dallagnol e o juiz Sergio Moro um significado superlativo que não é acolhido por toda a comunidade jurídica e simplesmente sinaliza o desespero dos acusados, que, aliás, desde o início das operações agem como se qualquer deslize fosse o suficiente para liberar Lula das mais de dez investigações que responde e que não se limitam à sedução de empreiteiras, que sempre onipresentes gravitavam em torno dele, e o cumulavam de agradros nos casos do triplex e do sítio, um convívio que só pode gerar a presunção de culpa, nunca e, em tempo algum, a de inocência.

Demarcação

O STF impôs derrota a Bolsonaro ao suspender, em liminar, do ministro Luis Roberto Barroso, a medida provisória que devolvia ao Ministério da Agricultura a demarcação de terras indígenas e isso depois de o Congresso ter barrado também tal iniciativa. Essa liminar deverá ser julgada pelo colegiado de 11 ministros, que poderão referendá-la ou não.

Como se não bastasse, houve a derrubada do decreto das armas no Senado, e segundo Rodrigo Maia, presidente da Câmara, a proposta deve cair naquela Casa. O país institucional funciona porque tantas vezes provocado.

Dissenso sempre

O povo é pelo desarmamento e isso já é um consenso de maioria? Basta a confirmação para que o presidente da República se oponha. Maioria é pela diversidade e contra a homofobia e é suficiente para que Bolsonaro se rebelde. Agora levantou outro dissenso: Fórmula 1 no Brasil só continua no país se for no Rio de Janeiro.

Folclore

No anedotário médico-legal há algumas passagens curiosas como a do doutor que assinalou como causa mortis “tosse... e que tosse” e outra “o burro do polaco tinha que tomar injeção no músculo e tomou na veia”.

Em primeira votação, legislativo decidiu por retomar o salário para R\$ 4.250 a partir de 2021; decisão final será na quinta-feira

Pedro Moraes

Reportagem Local

O salário dos nove vereadores de Santo Antônio da Platina virou tema de discórdia no município do Norte Pioneiro. O motivo é tentativa de elevar os rendimentos ao patamar que era pago em 2016 somado à correção do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). A primeira votação foi em uma sessão tumultuada na noite de segunda-feira (24), quando ficou decidido por cinco a quatro que os subsídios passariam dos atuais R\$ 998,00 para R\$ 4.250 a partir de janeiro de 2021, para a próxima legislatura. Um outro projeto que está sendo apreciado e pretende aumentar de nove para 13 cadeiras na Casa foi retirado de pauta por duas sessões.

A segunda votação está decidida sobre o aumento está prevista para a próxima quinta-feira (27). "Na verdade, não estamos votando um aumento, estamos retomando ao que era o salário antes. Fica muito difícil fazer um trabalho decente com esse valor. Na Câmara não há assessores, não temos caras. Já trabalhamos com muita economia", defende o presidente da Casa, o vereador Odemir Jacob (PHS), que votou pelo desmpe da questão salarial. Ao fim da sessão, os membros do legislativo municipal precisaram deixar o local sob a proteção policial, tamanha era a revolta da população.



Votação na Câmara mobilizou a população do município de 45 mil habitantes no Norte Pioneiro: presidente da Casa diz que salário de R\$ 998 era motivo de piada

anterior tentaram em 2016 aumentar o salário para R\$ 7.500, mas uma enorme reação da população fez com que eles desistissem e passassem o subsídio para o valor de um salário mínimo. O presidente acredita que essa discussão mais cedo ou mais tarde voltaria à tona. "Vou assumir as consequências de trazer esse assunto, mas minha intenção é colocar um ponto final nesta questão. O ideal seria ter a participação popular, mas não pode um grupo de 120 pessoas falar por uma cidade que tem 45 mil habitantes. Recebi apoio de muitas pessoas que entendem que a remuneração pelo trabalho tem de ser justa", afirmou Jacob. A proposta inclui

aumentaria o salário do prefeito José da Silva Coelho Neto, o Professor Zezão (PHS), dos atuais R\$ 12 mil para R\$ 18 mil, mas o chefe do executivo recusou. Durante toda sessão o público vaiou os vereadores favoráveis ao aumento de subsídios, enquanto uma pequena parcela apoiava os que se posicionaram pela aprovação dos novos subsídios.

PLADA

As opiniões sobre o reajuste dividiram os membros da Câmara. Além do presidente, Luiz Flávio Reinutti Maiorky (PSDB), Genivaldo Marques (PSDB), Rudinei Benedito Esteves (MDB) e José Jaime Paula Silva (PSDB) votaram

a favor do aumento, já Mirian Rodrigues Bonomo Montanheiro (Podemos), Luciana de Almeida Moraes (PTB), Jefferson Vernier (PHS) e Edison Muniz Gonçalves (PHS) foram contrários. "Não estou preocupado com reeleição, apesar de pensar em candidatar. Venho trabalhando, fiscalizando, ajudando a população, mas a verdade é que esta questão do salário já tornou a Câmara de Santo Antônio da Platina um motivo de piada. Isso não pode continuar", explicou Jacob. A FOLHA procurou os vereadores que votaram contrário ao aumento, mas até o fechamento desta edição não conseguiu retorno.

Raquel Dodge vê risco de 'efeito paralisante' em lei do abuso

Agência Estado

São Paulo - A procuradora-geral, Raquel Dodge, se reuniu, nesta segunda-feira, 24, com dirigentes de associações do Ministério Público e do Judiciário para tratar do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 27/197 ("10 medidas contra a corrupção").

O objetivo foi discutir pontos do projeto que caracterizam como crime de abuso de autoridade infrações disciplinares cometidas por promotores de Justiça e procuradores da República - membros do Ministério Público - e juízes, além de tornar crime a violação de prerrogativas de advogados.

Segundo informações divul-
gadas pela Secretaria de Co-

municação Social, "na avaliação da PGR e das associações, tais medidas, se aprovadas pelo Congresso, vão fortalecer o crime organizado, prejudicar o combate à corrupção e destruir o sistema penal acusatório".

Na reunião, os representantes do Ministério Público e do Judiciário ressaltaram que a legislação já prevê punições aos integrantes dessas instituições que cometem infrações disciplinares.

Concordaram que é necessário aprimorar os procedimentos para tornar mais célere o julgamento desses casos pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mas não da forma como propõem o PLC 24/2017, “que acabará ini-

bindo a atuação de promotores, procuradores e juízes”.

Para o presidente da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), Ângelo Fabiano Farias da Costa, a maior preocupação das entidades é que "o projeto criminaliza as prerrogativas funcionais atribuídas à juízes, procuradores e promotores pela Constituição Federal".

Na avaliação da PGR, as medidas propostas terão "um efeito paralisante sobre a atuação dessas autoridades no combate ao crime organi-

zado e na apuração de irregularidades eleitorais”.


Além disso, ao permitir que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) assumira a legitimidade da ação penal pública caso discorde de arquivamento promovido pelo Ministério Público - artigo 43-D -, "o projeto destrói o sistema penal acusatório brasileiro".

Segundo a Procuradoria, a base desse sistema está na separação clara das funções de acusação, defesa e julgamento, "o que garante maior imparcialidade e idoneidade ao processo judicial".

SANEPAR **PARANÁ**
GOVERNO DO ESTADO

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR - torna público que recebeu do Instituto Ambiental do Paraná - IAP - a **LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA (LAS 6.479** **validade 04/06/2025)** para a implantação Sistema de Esgotamento Sanitário em Congoronga, no município de Colombo Protocolo, compreendendo: Implantação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE); Implantação de Interceptor (INT) Colômbio Trezoz; Colômbio Rodo; Colômbio de Esgoto (COE); Linha de Recalque (LER); Estação Elevatória de Esgoto (EEE-01); Emissão de lançamento (EME) - em Congoronga, no município de Colombo Protocolo/ PR.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SESA



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

PUBLICAÇÃO DE EDITAL

Os interessados poderão acessar os editais nos sites: www.licitacoes.com.br ou www.compraspgov.br, e o autos do processo no site www.compraspgov.br (nome do processo).

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO FINE 3264-614/3263-1288

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47729/19 – SESA – Aquisição de MEDICAMENTOS, conforme especificações constantes no Anexo I deste Edital.

ABERTURA: 09/07/2019 às 09:00 horas – VALOR MÁXIMO: R\$ 1.999.301,00 – Protocolo: 14.774.262-2. Autorização do Estado da Saúde em 06/06/2019.

Identificador no www.licitacoes.com.br nº 772669. Identificador no www.compraspgov.br (GMS) nº 47729/19.

Curitiba, 26 de junho de 2019.
 Coordenação de Licitações
 Custódio da Costa

 **SANEPAR**  **PARANÁ**
GOVERNO DO ESTADO

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR - torna público que recebeu do Instituto Ambiental do Paraná - IAP - a **LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA (LAS 6.499 validade 04/06/2025)** para a Ampliação Sistema de Abastecimento de Água de Cornélio Procopio - Ampliação da Estação de Tratamento de Água (ETA), Localizado no município de Cornélio Procopio – PR.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO CÊSITO DO PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

UNIOESTE

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019 – HUOP/UNIOESTE - Objeto: Prestação de serviços de análises físico-químicas e microbiológica da água, de limpeza e desinfecção dos reservatórios e tratamento da água para consumo humano, com cessão de uso de 01(uma) bomba injetora e dosadora para o Hospital Universitário do Cêxito, **Protocolo dos envelopes até 09/07/2019 às 09:00 h**, no Protocolo do HUOP, na Av. Tancredo Neves, 3224 - Bairro São, Ondre, CEP 85.806-470/Cascavel-PR, **Abertura: 09/07/2019 às 09:30 h**, na sala de Licitação do HUOP, In: Complementares. Com, de Licitação, Tel: (41) 3531-4330 e e-mail: compra@unioeste.br ou compras.parana@unioeste.br

parana@unioeste.br, Cascavel, 25/06/2019.